

EXISTE RELAÇÃO ENTRE TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA DO IPTU E GASTO REDISTRIBUTIVO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS?

Maria Tereza Blanco Strohschoen¹, André Luiz Marenco dos Santos²

¹ Autora – Bacharelado em Políticas Públicas pela UFRGS

² Orientador – Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS

INTRODUÇÃO

A promoção do bem-estar geral pode-se dar através dos gastos sociais, ou seja, alocando recursos em serviços sociais básicos, tais como saúde, educação e previdência social; como também por meio da adequação dos gastos públicos para promover o desenvolvimento urbano, com a utilização de alíquotas progressivas que visem dar efetividade a justiça social (DE CESARE, 2016). Dessa forma, tanto a taxação progressiva do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU quanto o gasto social podem ser consideradas políticas redistributivas (LOWI, 2009), uma vez que modificam a alocação de recursos existentes e contam com custos não difusos. Assim sendo, a adoção de alíquotas progressivas e o gasto social podem contribuir para a redistribuição de renda, reduzindo a desigualdade social.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é analisar, de um lado, a política fiscal municipal, em especial a tributação progressiva do IPTU e, por outro, o gasto redistributivo nos municípios brasileiros, no que se refere aos gastos sociais. Busca-se, portanto, compreender em que medida a taxação progressiva do IPTU aumenta a despesa com gastos sociais nos municípios brasileiros.

PROCEDIMENTOS

Durante a pesquisa, um banco de dados foi desenvolvido, congregando informações dos 5,5 mil municípios brasileiros sobre a taxação de impostos municipais, receita orçamentária e gastos sociais - disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, através do relatório de Finanças do Brasil – FINBRA. Como variável de controle é utilizada a população do município, que possui como fonte a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para a análise das variáveis foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Para cotejar a interação entre as variáveis estudadas modelou-se regressão logística, com uma variável dependente *dummy* onde 1 representa gasto social > 70% - sendo a *proxy* de gasto social a mediana dos percentuais de gasto social em relação a receita orçamentária, consideradas as principais rubricas de 2002 a 2012; e a variável independente sendo uma *dummy* com 1 representando IPTU > 15%, considerando a mediana dos percentuais de arrecadação de IPTU no total da arrecadação de impostos, para o mesmo intervalo de tempo.

Também foram incorporadas outras variáveis explicativas, com o objetivo que o modelo seja mais fidedigno a realidade: população, Índice de Gini e anos de instalação dos municípios.

RESULTADOS

Tabela 1 - Regressão logística com variável dependente *dummy* 1 gasto social > 70% da receita orçamentária.

	B	Sig.	Exp(B)
<i>dummy</i> _iptu	-1,11	0	0,329
<i>dummy</i> _populacao	0,7	0	2,013
gini	0,6	0	1,821
anos_instalacao	0,033	0	1,034

Fonte: elaboração própria

A regressão logística modelada apresenta um resultado onde a interação do IPTU com o gasto social é negativa, ou seja, à medida que o IPTU é menos arrecadado, o gasto social aumenta, com uma razão de chances 67,1%. Hipótese sugestiva é que a taxação indireta permite maior volume de receitas com menor conflito e custo (LOWI, 2009), e, portanto, maior possibilidade de incremento do gasto social - resultado similar foi encontrado em estudo comparativo da matriz tributária e do gasto social no EUA, UK e Suécia (STEINMO, 1989).

Municípios com mais de 100.000 habitantes tem 2 vezes mais chances de promover maior gasto social; o Índice de Gini possui uma relação positiva, levando a crer que municípios mais desiguais alocam maior gasto social para mudar este cenário; e, por fim, para cada ano que cresce o ano de instalação do município, existe 3% de chance destes incrementarem maior gasto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar em que medida a taxação progressiva do IPTU aumenta a despesa com gastos sociais nos municípios brasileiros. A partir da regressão modelada esta interação se revelou negativa, sendo o gasto social mais incrementado à medida que a arrecadação de IPTU diminui. É possível confrontar este resultado com a própria composição da carga tributária brasileira, que apesar de possibilitar alocação de recursos para gastos sociais é composta predominantemente por impostos indiretos e regressivos, diminuindo o percentual de taxação imobiliária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE CESARE, C. M. Brasil. In: DE CESARE, C.M. (Ed). *Sistemas del impuesto predial em américa y el caribe*. Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy, 2016, pg. 37-76.

LOWI, Theodore. *Arenas of Power*. Paradigm Publishers, 2009.

STEINMO, Sven. *Political Institutions and Tax Policy in the United States, Sweden and Britain*. World Politics, Vol. LXI, No. 4, pp. 500-535, 1989.